

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA
“INFORME SEBIB Nº 17”

A Seção de Biblioteca recebeu os seguintes periódicos:

REVISTA JURÍDICA Nº s 415 – 416 – maio / jun./2012

SUMÁRIO

- Tendências em Matéria de Tutela Sumária: da Tutela Cautelar à Técnica Antecipatória – *Daniel Mitidiero*
- Tutela Antecipada e o Duplo Grau de Jurisdição no Estado de Direito Transnacional – *Leonardo Oliveira Soares*
- Sobre a Aplicação da Teoria da Transcendência dos Motivos Determinantes das Sentenças Proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no Controle Difuso – *Tânia Lobo Muniz e Lucas Franco de Paula*
- Algumas Considerações Acerca da Razoável Duração do Processo Penal e Algumas Implicações Práticas em Primeiro Grau de Jurisdição – *Juliana Dias Almeida de Filippo e Thiago Baldani Gomes de Filippo*
- Breve Ensaio à Falsificação de Marcas e Produtos – *Luciano Alves Rodrigues dos Santos e Dayane Marques Drachenberg*
- Lei de Acesso a Informações Públicas (Lei nº 12.527/2011) – Democracia, República e Transparência no Estado Constitucional – *Marco Antonio Karam Silveira*
- A Legitimação Extraordinária Para a Proteção dos Direitos do Consumidor – *Durval Pimenta de Castro Filho*
- Paternidade Biológica e Responsabilidade Civil: Um “Diálogo” Com a Jurisprudência – *Sérgio Gilberto Porto*
- Considerações acerca da Alteração do Mecanismo da Prisão Preventiva no Brasil a Partir da Lei nº 12.403, de 2011 – *Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas*
- A Criminalização Como Último Recurso (*Ultima Ratio*) – *Nils Jareborg*

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO Nº 202 – jul./2012

SUMÁRIO

- A delimitação do salário de contribuição: evolução da jurisprudência e do entendimento fiscal – *Alessandro Mendes Cardoso e Raphael Silva Rodrigues*
- Evolução do contrato de trabalho e os impactos tributários na prestação de serviços personalíssimos por pessoas jurídicas: uma análise do art. 129 da Lei nº 11.196/2005 – *Alexandre Luiz Moraes do Rêgo Monteiro e Riccardo Giuliano Figueira Torre*
- A não homologação da compensação e/ou indeferimento de pedido de ressarcimento e a endêmica multa de ofício patrocinada pela Lei nº 9.430/1996 (art. 74, parágrafos 15 a 17) – *Alexandre Macedo Tavares*
- Considerações a respeito da não incidência do ISS sobre contratos de patrocínio – *Carlos Marcelo Gouveia*
- Análise da aplicação de alíquotas diferenciadas de contribuições sociais para instituições financeiras – *Guilherme Cezaroti*
- A extinção da punibilidade pelo pagamento nos crimes tributários e a Lei nº 12.382/2011 – *Hugo*

de Brito Machado

- A natureza das operações *back to back* para fins de tributação pelo PIS/Pasep e pela Cofins – *Jamily Sandri Forner*

- A exceção de pré-executividade como meio de defesa diante da ilegalidade de redirecionamento – *Lenice S. Moreira de Moura e Fátima Larisse de Farias Mascena*

- As principais guerras fiscais no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro: identificação, análise e apresentação de soluções de conformidade (fundamentalmente) com os decisórios provenientes do egrégio Supremo Tribunal Federal – *Marcelo Fróes Del Fiorentino*

- A responsabilidade tributária decorre do descumprimento de “deveres de colaboração”? – *Renato Lopes Becho*

- Apuração de créditos de PIS/Cofins sobre aluguel de prédios, máquinas e equipamentos – *Thiago de Mattos Marques*

Os exemplares estão disponíveis para consulta dos interessados

Salvador, 1 de agosto de 2012